

A explicação de si e a projeção do futuro americano para os ensaístas do século

XIX

LIBERTAD BORGES BITTENCOURT¹

O presente texto busca examinar as reflexões de alguns ensaístas dos oitocentos sobre as respectivas nações que se forjavam nos momentos imediatamente posteriores às independências na América Espanhola. Aquele era um período singular e em algumas nações se sobressaíram autores com reflexões paradigmáticas sobre o modelo de nação que se almejava alcançar. Tanto no período que antecede as guerras de independência, quanto nos momentos posteriores e ao longo do século XIX, o ensaio e o periodismo exerceram papel crucial, no interior de uma diversidade temática, constituindo uma modalidade singular no entrecruzamento de cultura e política. Os letrados se arrogaram um papel pedagógico no esforço de disseminarem uma ampla consciência de pertencimento. Atuavam como mediadores culturais, no interior de fronteiras nas quais se enxergar como participante de um espaço nacional e autônomo sugeria novas interpretações, fundamentais em qualquer construção identitária. Nessa nova ordem discursiva, a circulação de ideias era um dos desafios enfrentados pelas elites que tinham como objetivo a tradução de uma cultura política, buscando um novo lugar para a América e os americanos.

A novidade americana suscitou releituras ensaísticas das versões sobre as independências e sobre os homens que nela aturaram, bem como sobre os projetos que se instauraram e que esses letrados se propunham a refutar, respaldar ou mesmo implantar. O objetivo acalentado era comum: consolidar as soluções propostas para a nação, rumo à superação dos resquícios da antiga ordem colonial. Para os letrados dos oitocentos, suas ponderações constituíam mais que uma exortação, uma escritura pública; era sua finalidade alcançar a *república desejada*, em um esforço de construção da *consciência nacional*. Nessas

¹ Professor Associado II da Universidade Federal de Goiás.

narrativas, sobressai a valorização da experiência pessoal, no afã de vincular seus esforços com a memória que pretendiam edificar (seriam eles, por seus atributos pessoais, os *providencialmente designados* para serem *construtores da república*). Olhavam para o passado não *por si*, mas para redefinir o futuro. Nesse sentido, considerar esse campo de escritura é fundamental para compreender como essa história pátria penetrou no imaginário político latino-americano.

A América Latina é objeto recorrente de interpretações que buscam situá-la no interior do debate sobre as identidades nacionais. A tarefa a que muitos autores se impuseram, de encontrar o lugar da América no Ocidente, perpassou também pelo ato de elaboração das “histórias nacionais”, exigindo do historiador a leitura dessas narrativas, com o objetivo de compreender de que forma as memórias e as identidades compuseram a trama nacional no subcontinente. Os projetos que pretendiam forjar “nações” tinham de, simultaneamente, reconhecer a diversidade e a peculiaridade latino-americanas, considerando a matriz cultural da colonização, que conferiu sentido à constituição americana. Sob essa perspectiva, a identidade latino-americana se confrontava com o desejo e a dificuldade em se libertar do paradigma colonial. Fazia-se urgente superar esse paradigma, rompendo com os mecanismos de dependência, reinventando ideias que valorizassem as características quase atávicas desse novo ser que se posicionara no *extremo Ocidente*, descobrindo e valorizando também um novo lugar histórico e historiográfico para e sobre as repúblicas emergentes.

No confronto entre os atores históricos e seus intérpretes, particularmente no século XIX, essas reflexões buscavam a “vocalização” da América Latina como portadora de uma identidade peculiar que lhe era negada externamente. Daí os paradoxos, o recorrente ponto de partida, visando instituir o elo perdido da nacionalidade, que era imperioso reforçar. Pode-se criticar o saldo desse esforço, uma vez que ele redundou numa operação excludente por meio da qual a elite crioula impôs-se como a portadora de uma razão histórica (RÜSEN, 2001). Entretanto, de modo algum, se pode obliterar a historicidade dessa tarefa e o desejo de demarcar um lugar referencial para a América Latina por meio de textos fundadores. A historiografia ordena um sentido coletivo, instituindo mecanismos de socialização e uma memória – no caso dessa última, seu caráter homogêneo só pôde se apresentar assim porque

houve, após a disputa de memórias, uma definição sobre quais memórias avessas ao projeto da nação seriam suplantadas.

Nesse sentido, quando se trata de avaliar os textos considerados fundadores ou o que se poderia denominar de “cânone da história latino-americana” não é possível perder de vista o fato de eles serem a representação de um projeto identitário e de memória: era fundamental “fazer e escrever a história” das comunidades nacionais, emergentes do processo de emancipação. SCARANO (2010:155) chama a atenção para o fato de que a proposta de ler esses textos, no campo de batalha ideológica da cultura e no emaranhado simbólico da discursividade latino-americana, implica interrogá-los a partir da sua posição na sequência ensaística onde interagiram, sugerindo desentranhar o *modus operandi* com que intervêm na cena agônica político-cultural. Essa questão se coloca porque esses textos eram perpassados por uma perspectiva de urgência, por uma espécie de messianismo, pois para esses intérpretes do seu tempo era preciso estabelecer como que um divisor de águas que finalmente conduziria efetivamente os povos dessa região ao Ocidente. Em busca de um lugar para a América, essas reflexões manipularam e traduziram uma “tradição”, disseminando-a no discurso dos atores históricos daquele tempo e dos tempos vindouros.

Torna-se fulcral para o historiador perscrutar a tessitura dessas tramas nacionais, buscando compreender os caminhos que levaram as construções nacionais a se imporem com tamanha força narrativa, arrogando-se o papel concomitante de intérpretes e fundadoras da tradição. Essa tarefa é ingente e urgente porque o lugar da América Latina ainda é questionado, interna e externamente. Para o bem ou para o mal, o debate continua pautado pela perspectiva recorrente de uma “explicação de si, para si”.

Sob essa concepção, justifica-se a problemática desta reflexão: ao retomar algumas matrizes orientadoras de tais histórias nacionais, pautadas na “história-experiência” de um nacionalismo militante, pretendo primeiro, indicar as dificuldades em abandonar a matriz cultural da colonização e das independências. No interior do uso do termo história experiência de um nacionalismo militante se encontra a relação entre a historiografia produzida no século XIX, com a experiência e a memória. É importante reconhecer essa relação não simplesmente como uma relação espúria. Esse nacionalismo militante não se refere unicamente a um projeto ideológico, com fins a impor uma identidade que, exatamente por ser imposta, não merece

crédito. Esses letrados se enxergavam como protagonistas e artífices de um momento histórico singular sobre o qual produziram ensaios que amalgamaram uma cultura política e um imaginário nacional que se consolidaram nas narrativas pátrias na América Latina.

A unidade da nação foi um dos principais objetivos buscados pelos crioulos depois das independências e, por meio de projetos conservadores, fundamentados em diferentes concepções teóricas, eles se interessaram também pela ideia de mestiçagem. Contudo, prevaleceram explicações pseudocientíficas sobre a maior capacidade dos herdeiros da cultura europeia. Um variado arsenal de interpretações buscou adaptar-se às novas conjunturas, visando substituir as precedentes que, por sua vez, ressurgiam, num movimento *ad infinitum*. As novas constituições, baseadas em modelos europeus e norte-americanos, empenharam-se em “modernizar as sobrevivências do sistema colonial”; urgia construir a nação e seu povo, sob o novo modelo constitucional republicano. Era preciso alavancar a “outra” América e era essa a palavra de ordem dos ensaístas. Visava-se uma síntese histórica, capaz de, simbolicamente, explicar e definir a nação e nessa etapa consolida-se a exclusão efetiva do autóctone.

Nesse passo, HILTON (2010) destaca que no mundo atlântico, desde o final do século XVII, se difundiram novas ideias e se abriram oportunidades que se alternavam com o pensamento ilustrado, já que a expansão econômica e os movimentos revolucionários criaram novas formas de entender os vínculos entre os indivíduos e os Estados. Nação deixa de ser concebida como união de grupos corporativos e passa a ser compreendida como união de indivíduos. A Ilustração espanhola sustentava que o Estado tinha como dever assegurar a *felicidade* de todos os seus cidadãos e, desde a independência dos Estados Unidos, alguns teóricos sugeriam que os governos deviam velar mais pela felicidade individual que pelo bem ou poder do Estado. Nessas concepções, a ideia de nação se tornou menos *natural* e mais política e os valores compartilhados tinham sentido não apenas em virtude de um passado comum de todos os cidadãos, mas se projetavam para o futuro, desenhando uma visão compartilhada dos objetivos comuns de todos os membros da sociedade na estendida “nação espanhola”.

Desde o século XIX o dualismo civilização e barbárie se universalizou para explicar a dificuldade da América Latina em superar os entraves internos para um desenvolvimento mais

equânime. Assim, a escolha dos ensaios oitocentistas associa-se à possibilidade de investigar esses escritos de um duplo ponto de vista: 1) eles indicam (e assim foram apropriados) a universalidade de uma análise sobre a América Latina, constituindo um imaginário “latino-americano” que se arroga homogêneo; 2) eles permitem estabelecer particularidades no interior da pretensa ideia de universalidade, contribuindo para uma reflexão comparativa que enriquece a história das ideias. Cabe registrar, também, que a narrativa de fundação encontra abrigo na historiografia contemporânea.

O discurso sobre a nação é multifacetado, tornando impossível uma leitura global sobre os projetos que foram pensados, particularmente no século XIX. Esse discurso é sempre perpassado pela “configuração de imagens, disfarces, relatos e processos que, ao mesmo tempo em que ocultam uma identidade, constroem outra” (ACHUGAR, 2006:161). Assim, essa perene construção identitária requer “posições de enunciação a serem ocupadas por um conjunto de indivíduos, ou por um sujeito, que, desse modo, propõe-se a ser o possuidor de um patrimônio de uma história”. Como pontua ACHUGAR (2006:231) “a construção da nação realizada por determinados textos, ou discursos, ou por determinados sujeitos sociais, é passível de ser substituída por outras e implica, de fato, uma leitura incompleta e parcial; ou seja, inesgotável”. Ademais, os múltiplos discursos hierarquizavam o conjunto da população de acordo com as concepções de cada autor, tornando problemática a desejada identidade nacional.

As narrativas da tradição, por conta de sua relação com a história-experiência de um nacionalismo militante, contribuíram para consolidar uma leitura sobre a América Hispânica, sendo típica dos seus escritos a contraposição com a América anglo-saxônica, devido, sobretudo, aos peculiares desdobramentos institucionais. Essa leitura ensaística vinculou-se particularmente às questões raciais e culturais, em um processo de valorização e denegação das matrizes civilizacionais das pátrias progenitoras europeias, no caso a Inglaterra e a Espanha. Por um lado, sob tais perspectivas, derivaram dessas matrizes os desdobramentos nacionais, advindos do dualismo entre liberdade e incorporação, que teria dado origem ao sistema pragmático norte-americano e ao mosaico latino-americano.²

² Esse é o enfoque, por exemplo, de Richard Morse (1988, p.71-73). O autor, ao discorrer sobre cultura e ideias nas Américas, destaca o fato de as “colônias puritanas da América do norte” não cumprirem nenhuma missão

Por outro lado, as descrições das mazelas latino-americanas eram permeadas, em grande medida, por reflexões que privilegiavam a herança da cultura europeia à ameríndia, subalternizando os contingentes populacionais de índios e negros e a hibridação. Há de se destacar, ainda, segundo CHECCIA (2010:219) o caráter híbrido atribuído ao texto, que provinha tanto dos múltiplos enfoques que alimentavam os ensaios como da maneira fragmentária e individual com que selecionavam e organizavam tais materiais, relacionando-os com questões de ordem pessoal e estética.

Segundo BITTENCOURT (2007), a unidade da nação foi um dos principais objetivos buscados pelos crioulos depois das independências e, por meio de projetos conservadores, fundamentados em diferentes concepções teóricas, eles se interessaram também pela ideia de mestiçagem. Contudo, prevaleceram explicações pseudocientíficas sobre a maior capacidade dos herdeiros da cultura europeia. Um variado arsenal de interpretações buscou adaptar-se às novas conjunturas, visando substituir as precedentes que, por sua vez, ressurgiam, num movimento *ad infinitum*. As novas constituições, baseadas em modelos europeus e norte-americanos, empenharam-se em “modernizar as sobrevivências do sistema colonial”; urgia construir a nação e seu povo, sob o novo modelo constitucional republicano, o que fez emergir a questão racial, em meio a inúmeras outras questões não menos urgentes, sobretudo no momento de entrada do ideário positivo-evolucionista. Os ilustrados americanos, que se pautaram nas fontes do iluminismo na Europa do século XVIII, guardaram a crença na preponderância das ideias, a confiança na ciência e a certeza de que a educação era o único caminho para o progresso humano. Os cientificistas do período viam-se integrados ao mundo ocidental, devido ao caráter colonial do continente, o que o vinculava ao destino do ocidente. Era preciso alavancar a “outra” América e era essa a palavra de ordem dos cientificistas, tanto na vertente positivista, quanto darwinista ou spencerista. Visava-se uma síntese histórica,

civilizadora ou “incorporadora” para uma Igreja ou Estado, mas concentrarem-se “em três idéias importantes para reconstituir uma sociedade a partir das raízes: a idéia de vocação, a idéia de pacto e a idéia da igreja e do Estado como esferas separadas”; esse paradigma teria desembocado em um sistema orgânico. Por sua vez, de acordo com o autor, os reinos ibéricos, no século XVIII, enfrentavam dois grandes desafios: “o caráter aparentemente inadequado de sua tradição política e a natureza incoerente de sua organização social,” levando ao que Morse denomina mosaico cultural e político, pautado no ecletismo da Ilustração Ibérica. Enfatiza ainda que: “Usado mais estritamente, “ecletismo” indica abstenção da especulação sistêmica e tentativa de resolver problemas práticos”.

capaz de, simbolicamente, explicar e definir a nação e nessa etapa consolida-se a exclusão efetiva do autóctone, apesar de perspectivas dissidentes como a de Bilbao.

Nesse sentido, HILTON (2010) destaca que no mundo atlântico, desde o final do século XVII, se difundiram novas ideias e se abriram oportunidades que se alternavam com o pensamento ilustrado, já que a expansão econômica e os movimentos revolucionários criaram novas formas de entender os vínculos entre os indivíduos e os Estados. Nação deixa de ser concebida como união de grupos corporativos e passa a ser compreendida como união de indivíduos. A autora lembra, ainda, que a Ilustração espanhola sustentava que o Estado tinha como dever assegurar a *felicidade* de todos os seus cidadãos e, desde a independência dos Estados Unidos, alguns teóricos sugeriam que os governos deviam velar mais pela felicidade individual que pelo bem ou poder do Estado. Nessas concepções, a ideia de nação se tornou menos *natural* e mais política e os valores compartilhados tinham sentido não apenas em virtude de um passado comum de todos os cidadãos, mas se projetavam para o futuro, desenhando uma visão compartilhada dos objetivos comuns de todos os membros da sociedade na estendida “nação espanhola”.

No século XIX consolida-se um esforço fundador nas nações que se estabeleciam e esse é um campo profícuo para projetos díspares. A pretensão desses intelectuais que ora destacamos era de que a nação, de certa forma, fosse conformada por um conjunto de textos ou de práticas discursivas que agregariam a identidade nacional e apontariam o caminho para a redenção definitiva. Como pontua ACHUGAR (2006:231) “a construção da nação realizada por determinados textos, ou discursos, ou por determinados sujeitos sociais, é passível de ser substituída por outras e implica, de fato, uma leitura incompleta e parcial; ou seja, inesgotável”. Ademais, os múltiplos discursos hierarquizavam o conjunto da população de acordo com as concepções de cada autor, tornando problemática a desejada identidade nacional.³

³ KRAUZE (2011:51) destaca a importância no Cone Sul da obra *O que é uma nação?*, de Ernest Renan, que “delineou uma concepção de “raça” e “espírito” e um corpo de idéias tanto literário quanto político [...] De acordo com Renan, uma nação é “uma grande solidariedade” cuja existência é endossada por “um plebiscito diário”, e o espírito de uma nação reside “na consciência erudita de seus habitantes”, localizada em um grupo privilegiado que deve fornecer orientação e iluminação ao resto da população do país”. Essa concepção se adensou em toda a América Latina e respalda as reflexões aqui destacadas.

Minha ênfase nos ensaios oitocentistas é perscrutar como esses autores pensaram as problemáticas raciais e nacionais a partir da herança colonial e as sugestões de como poderiam ser superados os entraves que se mantiveram mesmo após as independências. Nesse sentido, refleti também sobre como os Estados Unidos, desde meados do XIX, foram contrapostos à *nossa América*, tornando-se parâmetro, devido ao ineditismo de seu ordenamento jurídico e político e particularmente por não terem adotado a incorporação em massa do ameríndio. Das leituras das obras mencionadas, além da incorporação do indígena, outra comparação recorrente advinha da distinção quanto à adoção das instituições religiosas e civis das pátrias progenitoras. Sob essa perspectiva, desvela-se a tentativa apenas iniciada de imputar à colonização as mazelas de uma estrutura social que teimava em resistir. Também nessa escrita é possível destacar a importância que os atores históricos do século XIX conferiam à questão racial por sua associação com a problemática civilizacional.

Nesse sentido, as batalhas simbólicas desses letrados beligerantes na defesa de suas propostas visavam consolidar a República como uma aspiração coletiva e seus textos estão perpassados pelo “evangelho” republicano. O modelo de república que propunham nem sempre era claro, mas o modelo que se instaurara na América não os satisfazia devido aos impasses institucionais e às guerras civis, no caso de Argentina e México. No horizonte aparecia o modelo francês e norte-americano e se consolidava a negação da herança hispânica.

Os autores arrolados nesta reflexão se inserem nessa perspectiva e uma leitura mais atenta das suas obras permite desvelar análises recorrentes da historiografia do século XX, sem que sejam creditadas aos autores as reflexões iniciais sobre essas temáticas, que serão apontadas em notas, à medida que surgirem. Esses escritos podem ser pensados no interior de uma intencionalidade identificada com uma práxis social do início dos oitocentos, independentemente de suas afiliações às correntes de pensamento nas quais foram (e são) catalogados. Muitos de seus escritos intercalam perguntas e respostas breves e simples, podendo ser identificados na tradição dos catecismos políticos, cívicos e laicos, em voga no período, muito utilizados na América no início do século XIX, para disseminar as ideias independentistas. O ideário desses homens de letras americanos, perpassado pela tarefa

civilizadora, emergia de uma ideia de batalha que era preciso vencer e da busca por uma identidade unívoca para a América Hispânica.

Uma questão importante na análise dessas obras é a relação sempre crítica estabelecida entre política e ação, já que muitos desses autores ocuparam cargos nas altas hierarquias do estado. Os autores que arrolam se coadunam ao espectro do intelectual como agente do Estado. A trajetória política das ideias desses intelectuais indica um manejo retórico eficaz das respectivas argumentações, que muitas vezes também respaldaram projetos e estratégias governamentais.

Nessa concepção, é possível perceber como as linguagens políticas vão deslizando e como esses letrados se sentem demiurgos na sociedade em que atuavam e se destacavam. Nesse sentido, desenvolveram muito cedo aquilo que Eduardo Devez⁴ denomina de consciência periférica, no interior de pares opostos como Oriente/Ocidente caucásico/índio, civilização/barbárie, capitalizando ideias do centro, para pensar a si mesmos e às suas nações, que se forjavam também a partir de seu esforço de reflexão e das chaves interpretativas que propunham. A noção de que somos distintos do centro, naquele período representado pela Europa, se expande lentamente e em lugares diferentes e a intelectualidade do XIX buscou respostas para os dilemas herdados desse encontro assimétrico, numa quebra da similitude do “não lugar” da América Hispânica. O mais interessante, no interior dessa quebra, é que, muitas vezes, a América reafirmava a centralidade que buscava negar.

Uma leitura mais atenta dos ensaios oitocentistas permite desvelar análises recorrentes da historiografia do século XX, sem que sejam creditadas aos autores as reflexões iniciais sobre essas temáticas, que serão apontadas em notas, à medida que surgirem. Esses escritos também podem ser pensados no interior de uma intencionalidade identificada com uma práxis social do início dos oitocentos, independentemente de suas afiliações às correntes de pensamento nas quais foram (e são) catalogados. Muitos de seus escritos intercalam perguntas e respostas breves e simples, podendo ser identificados na tradição dos catecismos políticos, cívicos e laicos, em voga no período, muito utilizados na América no início do século XIX,

⁴ Em comunicação proferida no Simpósio Temático: O pensamento latino-americano nos séculos XIX e XX no interior do II Congresso Internacional: Ciencias, Tecnologías y culturas. Diálogo entre las disciplinas del conocimiento mirando al futuro de América Latina y el Caribe. Universidad de Santiago de Chile, de 29 de outubro a 01 de novembro de 2010.

para disseminar as ideias independentistas. O ideário desses homens de letras americanos, perpassado pela tarefa civilizadora, emergia de uma concepção de batalha que era preciso vencer e da busca por uma identidade unívoca para a América Hispânica.

O fenômeno do periodismo e da nova escritura pública se converteu na tarefa identitária dos intelectuais latino-americanos durante o século XIX, constituindo um espaço de sociabilidade letrada que escapava dos redutos da Igreja e do Estado. ROJAS (2008) pontua que o próprio movimento independentista no continente foi encabeçado por intelectuais e que a independência, além de uma guerra, foi uma revolução intelectual, um reduto de ideias e de linguagens políticas. A própria criação das identidades políticas nacionais na América Latina durante a primeira metade do século XIX foi um processo complexo que demandou um esforço de engenharia simbólica por parte das novas elites para “imaginar” e inclusive “inventar” as novas nações. Assim as denominações “América” e “americanos” foram usadas inicialmente com singular polissemia e a noção de *americano*, contraposta a de *européu*, remetia a uma entidade simbólica maior, que compreendia toda a América Hispânica, mesmo no interior das lutas separatistas. A questão candente no período era como integrar a América Latina ao sistema econômico mundial, numa tentativa motivada pela esperança de progresso nos moldes veiculados nessa época pela Ilustração e pelo Liberalismo. Nessa etapa, avultou a questão de como educar o povo e encaminhá-lo pelo caminho de sua própria emancipação e os letrados do período se alçaram como protagonistas dessa orientação iluminista e secular, arrogando-se a capacidade de ler os desígnios da história para esta América ainda na infância.

A especificidade dos homens de letras como um grupo social destacado consistia, segundo LEMPÉRIÈRE (2008) em que estes eram possuidores e criadores dos conhecimentos cultos e dos artefatos literários próprios de seu tempo e das sociedades em que viviam, dedicando-se a adquiri-los e a discuti-los. A variável temporal desse período e que impulsionou textos considerados fundadores foi a busca de argumentos capazes de proporcionar uma ruptura simbólica com o tempo anterior da colonização. Os conhecimentos mais substanciais sobre a atuação na história de seu tempo derivam, em grande medida, do que esses letrados escreveram acerca de suas percepções dos acontecimentos e das mudanças de que foram coetâneos, construindo uma relação peculiar com o seu próprio tempo,

apontando mudanças de signo e de significado constante. A tarefa desses homens de letras foi no sentido de secularizar⁵ sua própria relação com o passado, condenando-o até onde fosse possível para tornar plausível a invenção de uma genealogia cultural que lhes permitisse vincular-se às “luzes do século” e à “civilização moderna”. Nesse contexto, concepções como civilização, luzes e sociabilidade se tornaram parte do imaginário e do ideário liberais, ampliados devido a novos modelos de associações fundamentadas em inéditos princípios de convivência social.

SABATO (2008) enfatiza que as associações e a imprensa não atuavam somente no campo limitado da representação, na defesa ou na proteção dos interesses e das opiniões específicas de suas bases de apoio, mas constituíam tramas conectivas que atravessavam e articulavam vertical ou horizontalmente a sociedade. Criavam, também, espaços de interlocução com o Estado e as autoridades, constituindo instâncias decisivas na formação de esferas públicas próprias das repúblicas liberais em formação. Publicistas e letrados encontraram um campo de atuação nesses âmbitos, os quais se converteram em lugares de entretenimento, formação e desempenho dos novos “intelectuais”.⁶ O autor destaca ainda que tanto o tema do associacionismo como da imprensa fazem parte da problemática da transição do antigo regime à modernidade social e política no continente, uma vez que na etapa revolucionária e no período subsequente a imprensa experimentou um forte impulso como mecanismo de propaganda e de apoio aos novos governos.

Assim como os intelectuais desse período tiveram seu grande impulso nos processos revolucionários, MAÍZ (2010) afirma que o gênero ensaístico adotado pelos letrados à época pode ser pensado como um emergente discursivo desses mesmos processos, tamanha a conexão entre política e discurso, característica que marcou o gênero durante muito tempo. A

⁵ Para a autora (2008) secularização abarca desde a desvinculação entre a política e a religião (a soberania do povo em lugar da origem divina do poder) até a associação à cosmovisão que imagina a sociedade como o produto artificial de uma associação contratual entre os indivíduos que a compõem. Nesse sentido, variados são os significados desse novo tratado, cabendo registrar a sua amplitude: 1) a afirmação da preeminência da razão sobre a autoridade e a tradição, por mais consagradas que fossem essas últimas; 2) a crença na perfectibilidade do homem, abrangendo desde a reivindicação da felicidade neste mundo, aceitando o pluralismo religioso e a privatização e individualização das práticas de culto.

⁶ SABATO (2008) reitera que para as elites ilustradas da América Hispânica, essas novas associações constituíam espaços decisivos para a expansão dos valores e as práticas de civilidade. Portanto, consideravam a promoção do associacionismo como um aspecto decisivo de sua missão civilizatória, de suas ações em prol da construção de um povo que pudesse assumir as responsabilidades que haveriam de lhes corresponder na nova ordem social e política impulsionada por elas.

irrupção do ensaio a partir de 1810 resulta em uma novidade discursiva que emerge no calor dos debates inerentes às lutas pela independência. Se as armas eram o “fundamento” da independência, o *ethos* ensaístico foi o correlato discursivo, pois a pressão das circunstâncias converteu a escritura em um recurso da luta. Ademais, o aspecto crítico na genealogia ensaística desse primeiro momento veio associado à vontade americanista e o ensaio foi a forma mais adequada para a expressão desse americanismo. Era como se ensaio e americanismo, ensaio e identidade, ensaio e programa de reformas tivessem surgido de um mesmo impulso, capitalizando as perguntas possíveis, tratando os problemas da nação, da organização social, da raça, da originalidade artística, da modernização e outros temas candentes, num contexto dinâmico e mutável. O ensaio é o gênero que tem tratado a identidade, tem exercido a reflexão, sendo veículo de estímulos universalistas e defensor do autóctone, ocupando o lugar de mediador dos símbolos culturais no continente.

Para AÍNSA (2010) não é por acaso que o ensaio, o mais indefinido dos gêneros literários, tem sido tradicionalmente o mais representativo para refletir a plural, complexa e mesmo contraditória realidade latino-americana; essa nova forma expressiva serviu aos americanos para conhecer-se e identificar a si mesmos. Pode se afirmar que, embora o gênero ensaístico seja conhecido e praticado na cultura europeia, a primazia que ele assumiu entre os latino-americanos o transformou em uma marca da região. Para as gerações dos oitocentos, tudo parecia “estar por fazer” e essa urgência impediu separar pensamento e ação. Nessa concepção, a ensaística seria um projeto de intervenção não apenas por desejo de controle da situação política cotidiana, mas por uma pungente vontade de compreensão que permitisse definir não a “identidade nacional”, mas a peculiaridade ontológica do lugar da América e dos americanos.

Dessa maneira, o ensaio propiciou outro olhar, uma possibilidade de descentramento da modernidade na qual se inscreve a América Latina, plasmada na formulação de um discurso a partir da periferia AÍNSA (2010). Os reflexos entre o Novo e Velho Mundo, que a filosofia e o ensaio multiplicam, prolongaram no tempo uma concepção que foi se ajustando e se adaptando às ideologias de cada época, muitas vezes em forma diacrônica, abordando, de diferentes ângulos, temas recorrentes como o ser da América, a unidade continental, a mestiçagem cultural, “o humanismo americano” ou as dualidades civilização/barbárie,

campo/cidade, tradição e modernidade.⁷ A característica fundamental do ensaio latino-americano é que boa parte da produção continental insiste em propor fins sociais, sinalizando meios de alcançá-los, autêntico gênero de ligação entre a história e a reflexão, ponto de inflexão entre teoria e práxis. Nesse sentido, a função precípua do ensaio consiste em poetizar em prosa o exercício da inteligência e da fantasia.

De acordo com FAZIO (2010), as reflexões de um ensaísta são sempre percepções fundamentadas e a realidade apresenta-se diante de seus olhos como um interregno sobre o qual ele deve impor “a pródiga e impertinente lei de seu olhar”. Para um escritor, ensaiar é observar o mundo em ‘atitude de suspeita’, questionando os modos em que foi representado. Há uma vinculação natural entre este ato de irreverência perceptiva e a disposição criativa da linguagem e se os assuntos tratados nos ensaios são plausíveis de redefinição é porque a escritura pode submeter-se ao mundo através de seu poder heurístico. As realizações ensaísticas perseguem esse desejo de descobrir e criar novas realidades. Dessa forma, a intrusão do metafórico e de outras formas estilísticas e retóricas próprias da literatura é um acontecer discursivo frequente, por meio do qual o mundo se renova. Esse processo constitui um modo particular de apreender a realidade e, simultaneamente, de transformá-la em uma mistura multiforme, que é justamente seu traço mais distintivo.

Uma perspectiva com a qual se coaduna essa reflexão é a que destaca a questão de que o ensaio no continente não apenas acompanhou as vicissitudes da organização de nossas repúblicas, mas, sobretudo, agenciou projetos que transcenderam as divisões territoriais para imaginar novas identidades supra ou transnacionais, regionais, continentais e hemisféricas. Diante da diversidade temática e formal que apresenta o gênero na região há que se destacar uma modalidade particular que se situa no cruzamento entre cultura e política e sua função de interpelação, fundamental em toda construção identitária. O ensaio de interpretação nacional ou continental desenvolve uma resposta autocompreensiva, em uma estratégia de escritura,

⁷ O autor afirma que com a mesma apaixonada ênfase, o ensaio tem proporcionado denúncias de injustiças e desigualdades e inspirado o pensamento anti-imperialista ou a filosofia de libertação com um sentido de urgência ideológica, mais persuasivo que demonstrativo, posto que o conhecimento do mundo não pode ser separado do projeto de transformá-lo. Reportando-se a José Martí, afirma que o ensaio evita adotar um cordial ecletismo e opta, em geral, por uma atitude militante, “poderosa carga estética e ética compulsiva de ação” (AÍNSA, 2010:41). No ensaio “trincheiras de ideias valem mais que trincheiras de pedra” e a “prosa, cintilante e peneirada, vai carregada de ideias” (AÍNSA, 2010:41).

que ganhou protagonismo nas etapas fundadoras e em momentos críticos da história do continente. Destaca-se a substancial convivência do ensaio com o periodismo e, mais particularmente, não há como esquecer as relações entre o ensaio e o *diarismo*, via do qual o ato de “pensar no papel” encontrou lugar no espaço heterogêneo dos periódicos, o que acelerou sua difusão, favoreceu uma comunicação mais imediata e dinâmica com o público leitor e lhe permitiu abrir-se a revisões e expansões posteriores.

Um fator decisivo para seu surgimento no continente foi a existência de um campo de questões pendentes de propostas que urgia discutir, definir e resolver e que reclamavam competências cognitivas, argumentativas e polêmicas, próprias do ensaio, e certa vontade coletiva de sinalizar obstáculos, encontrar soluções concretas e desenhar estratégias de ação para construir identidades na ordem política, social e cultural. Assim, essa imensa ‘coleção’ de ‘textos signos’ compõe um emaranhado de sentidos que aportam um material valioso para o estudo histórico e crítico da nossa cultura. Ademais, é importante a compreensão de como se difundem os cânones culturais que atuam modificando ou mesmo se adaptando às tradições locais, nacionais e até mesmo continentais. Essa proposta passa, inevitavelmente, pela reflexão sobre os mecanismos de debate e difusão de ideias, particularmente no século XIX. É sob esse influxo que me propus a trabalhar as obras emblemáticas dos três escritores canônicos da América Espanhola e que serão destacados a seguir.

Por fim, é preciso assinalar as dificuldades de se lidar com a escrita ensaística e sua relação com uma tradição de escritura que se estabeleceu na América Latina quando a palavra parecia representar os projetos propostos por esses letrados. O ensaio era perpassado pela ideia da capacidade revolucionária da palavra; assim, alcançar a temporalidade da escrita desses autores dos oitocentos e os debates que fomentavam implica compreender a reconstrução do passado que esses autores propuseram em suas respectivas indicações para o futuro. O século XIX é, efetivamente, o período em que ocorre uma mudança significativa de vocabulário, destacando-se termos como civilização, ciência e progresso, que alcançaram prestígio e amplo consenso. Nesse processo, o passado colonial foi visto por uma perspectiva negativa, desvelando a percepção que esses autores tinham do equilíbrio precário que implicava o acesso à condição moderna que tanto almejavam, mesmo que por vias distintas.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

15

Apontar as fraturas herdadas das independências era o caminho então trilhado, na tentativa de inserir as respectivas sociedades nos desígnios da história universal.

FONTES

BILBAO, Francisco. *La América en Peligro*. Buenos Aires: Imprenta y Litografía á vapor, 1862.

BILBAO, Francisco. *El Evangelio Americano*. Buenos Aires: Imp. de la Soc. Tip. Bonaerense, 1864.

SARMIENTO, Domingo F. *Conflicto y armonías de las razas en América*. Buenos Aires: La Cultura Argentina, 1915.

SARMIENTO, Domingo F. *Facundo Civilização e Barbárie*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

SIERRA, Justo. *Evolución política del pueblo mexicano*. México: Editorial Porrúa, 1986.

REFERÊNCIAS

ACHUGAR, Hugo. *Planetas sem Boca – Escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BITTENCOURT, Libertad Borges. *A Formação de um Campo Político na América Latina – As organizações indígenas no Brasil*. Goiânia: Editora da UFG, 2007.

CHECCHIA, Cristiane El ensayo hispanoamericano y La hibridez de los géneros – La creación de una tradición. In: MAÍZ, Cláudio et al. *El ensayo latinoamericano – Revisiones, balances y proyecciones de un género fundacional*. Mendoza: Facultad de Filosofía y Letras: UNICuyo, 2010.

COLLIER, Simon. O Chile da independência à guerra do Pacífico. In: BETHEL, Leslie (org): *História da América Latina: da independência a 1870*, v. III. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF-Fundação Alexandre de Gusmão, 2001.

HILTON, Sylvia L. En busca de la felicidad: el buen gobierno y el patriotismo en las fronteras españolas de Norteamérica. In: GALEANA, Patricia (coord) *Historia comparada de las Américas – sus procesos independentistas*. México: Siglo XXI, 2010.

KRAUZE, Enrique. *Os redentores: Ideias e poder na América Latina*. São Paulo: Benvirá/Saraiva, 2011.

LEMPÉRIÈRE, Annick. Los hombres de letras hispanoamericanos y el proceso de secularización (1800-1850). In: ALTAMIRANO, Carlos (director); MYERS, Jorge (editor del volumen). *História de los intelectuales en América Latina*. Buenos Aires: Katz Editores, 2008.

MAÍZ, Cláudio et al. *El ensayo latinoamericano – Revisiones, balances y proyecciones de un género fundacional*. Mendoza: Facultad de Filosofía y Letras: UNICuyo, 2010.

MORSE M. Richard. *O Espelho de Próspero – Cultura e Idéias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ROJAS, Rafael. Traductores de la libertad: el americanismo de los primeros republicanos. In: ALTAMIRANO, Carlos (director); MYERS, Jorge (editor del volumen). *História de los intelectuales en América Latina*. Buenos Aires: Katz Editores, 2008.

RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica – Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

SABATO, Hilda. Nuevos espacios de formación y actuación intelectual: prensa, asociaciones, esfera pública (1850-1900). In: ALTAMIRANO, Carlos (director); MYERS, Jorge (editor del volumen). *História de los intelectuales en América Latina*. Buenos Aires: Katz Editores, 2008.

SCARANO, Mônica E. El ensayo como interpelación. Notas sobre ensayo, cultura y política em América Latina. In: MAÍZ, Cláudio et al. *El ensayo latinoamericano – Revisiones, balances y proyecciones de um gênero fundacional*. Mendoza: Facultad de Filosofía y Letras: UNICuyo, 2010.

STUVEN, Ana Maria. *La seducción de un orden: las elites y la construcción de Chile en las polémicas culturales y políticas del siglo XIX*. Santiago: Ediciones Universidad Católica de Chile, 2000.